



PODER

Governo abandona Ribeiro na fogueira

Ex-ministro da Educação é detido preventivamente pela Polícia Federal por supostos crimes praticados quando comandou a pasta. Bolsonaro, que alardeava confiar na inocência do pastor evangélico, agora prega que ele “responda pelos atos dele”

» LUANA PATRIOLINO
» CRISTIANE NOBERTO
» VINICIUS DORIA

A prisão preventiva do ex-ministro da Educação Milton Ribeiro representa um duro golpe no discurso do presidente Jair Bolsonaro (PL) de que não há corrupção no seu governo. O ex-integrante do Executivo foi detido ontem, pela Polícia Federal, por supostos crimes de corrupção passiva, prevaricação, advocacia administrativa e tráfico de influência envolvendo esquema de liberação de verbas da pasta. Também foram presos os pastores-lobistas Arilton Moura e Gilmar Santos, que atuavam no chamado “gabinete paralelo” instalado no ministério.

Questionado sobre a prisão de Ribeiro, Bolsonaro tentou se descolar do ex-integrante do governo. “Ele responda pelos atos dele. Se a PF prendeu, tem um motivo. Eu peço a Deus que não tenha problema nenhum. Mas, se tem algum problema, a PF está agindo, está investigando. É um sinal de que eu não interfiro na PF, porque isso aí vai respingar em mim, obviamente”, ressaltou, em entrevista à Rádio Itatiaia. As declarações mostram uma mudança de postura do presidente. Em março, quando o escândalo do MEC veio à tona (**leia Entenda o caso**), o chefe do Executivo saiu em defesa do então ministro. “Ele não bota na agenda o nome do corruptor. Eu boto minha cara toda no fogo pelo Milton. O que estão fazendo é uma covardia com ele”, ressaltou, na ocasião.

Na entrevista de ontem, Bolsonaro também deu outra versão sobre a saída de Ribeiro do ministério. “O caso do Milton, pelo que eu estou sabendo, é aquela questão que ele estaria com a conversa meio informal demais com algumas pessoas de confiança dele. E daí houve denúncia de que ele teria buscado prefeito, gente dele para negociar, para liberar recurso, isso e aquilo. E o que aconteceu? Nós afastamos ele”, sustentou. O *Diário Oficial da União*, de março, atestou, porém, que houve “exoneração a pedido” do então ministro.

No Planalto, assessores de Bolsonaro tentaram minimizar o impacto da prisão. Segundo fontes ouvidas pelo **Correio**, a reação do presidente foi “a possível”, diante da falta de informações sobre os motivos que levaram a Justiça Federal a decretar a detenção de Ribeiro.

Para um desses interlocutores, a prisão foi “arbitrária”, por não cumprir requisitos legais,

Reprodução



Bolsonaro afirmou ter afastado Ribeiro da pasta quando estourou o escândalo, em março, mas a exoneração consta como “a pedido” do então ministro

como abuso de poder, intimidação de testemunhas ou destruição de provas. Mas reconhece que não dá para sair em defesa do ex-ministro por causa das relações dele com os pastores investigados. “Não sabemos por que o juiz da 15ª Vara (da Justiça Federal) tomou essa decisão. Pode ser por ativismo político. Por isso, o presidente não atacou nem defendeu (o ex-ministro)”, disse esse interlocutor.

Sobre o impacto que o caso pode provocar na campanha à reeleição, a conclusão é que não há nada que incrimine o chefe do Executivo e que a preocupação, no Planalto, é fechar o mais rapidamente possível o conjunto de medidas emergenciais para amenizar os impactos da crise econômica e da inflação na população mais pobre — incluindo o problema da alta dos combustíveis.

Audiência

Milton Ribeiro foi preso pela PF em Santos (SP), na Operação Acesso Pago. A audiência de custódia está marcada para esta tarde. Inicialmente, o juiz Renato Boirelli, da 15ª Vara Federal de Brasília, tinha determinado que a sessão ocorresse na capital federal. No entanto, acatou pedido da defesa para que o cliente permanecesse em São Paulo. O magistrado decidirá se mantém ou não o

ex-ministro encarcerado enquanto durarem as investigações. Ao todo, a PF cumpriu, ontem, 13 mandados de busca e apreensão e cinco de prisões em Goiás, São Paulo, Pará e Distrito Federal.

Responsabilização

No MEC, os agentes realizaram buscas e apreensões. Eles foram recebidos pelo atual ministro, Victor Godoy. Em conversa com os jornalistas, o ex-braço direito de Ribeiro disse jamais ter presenciado nenhuma irregularidade na pasta.

“Nunca tive conhecimento de qualquer tipo de postura do ex-ministro, na minha frente, que pudesse levar a desconfiança”, frisou. Segundo ele, “caso qualquer pessoa tenha praticado irregularidade e seja comprovada a sua culpa, isso tem de ser objeto de responsabilização”.

Os cinco agentes caracterizados deixaram o local levando apenas um malote pequeno. Mais cedo, em nota, a pasta afirmou que colabora com PF para os desdobramentos da apuração. “No sentido de esclarecer todas as questões, o MEC reforça que continua contribuindo com os órgãos de controle para que os fatos sejam esclarecidos com a maior brevidade possível”, diz o comunicado oficial do ministério.



Boto minha cara toda no fogo pelo Milton. O que estão fazendo é uma covardia com ele”

Jair Bolsonaro, em março deste ano



Ele que responda pelos atos dele. Se a PF prendeu, tem um motivo”

Jair Bolsonaro, ontem

Entenda o caso

Gabinete paralelo

A Operação Acesso Pago apura corrupção no MEC para a liberação de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Segundo as apurações, havia um gabinete paralelo na pasta, capitaneado pelos pastores Gilmar Silva dos Santos, presidente da Convenção Nacional de Igrejas e Ministros das Assembleias de Deus no Brasil; e Arilton Moura, assessor de Assuntos Políticos da entidade. Eles comandavam a agenda

do então ministro, Milton Ribeiro, e agiam como lobistas, atuando para liberar e/ou acelerar o empenho de recursos a municípios. Em troca, exigiam propinas em dinheiro, Bíblias e até ouro. Os religiosos conquistaram acesso ao Executivo ainda em 2019, antes da chegada de Ribeiro à pasta, e são próximos da família Bolsonaro. O inquérito foi aberto a pedido do procurador-geral da República, Augusto Aras, e por ordem do Supremo Tribunal Federal, em razão do foro privilegiado de Ribeiro, à época. Quando ele deixou o governo, a ministra Cármen Lúcia remeteu o inquérito à 1ª instância.

Reprodução/Redes sociais



Marcos Corrêa/PR



As defesas de Gilmar Santos e Arilton Moura não se manifestaram

Ação, também, no FNDE

Após as prisões de ontem, a ação da Polícia Federal mira, agora, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), controlado pelo Centrão e que concentra a maior fonte de recursos da educação. O presidente do órgão, Marcelo Lopes da Ponte, foi indicado pelo ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, líder do Progressistas, principal partido do grupo de apoio ao presidente Jair Bolsonaro (PL).

Além de levar prefeitos ao MEC, os pastores investigados, Gilmar Santos e Arilton

Moura, agendavam conversas no FNDE. Em nota, a direção do fundo informou que não foi alvo da apuração.

Os dois pastores desfrutavam de status na pasta, segundo afirmou o então ministro, Milton Ribeiro, em conversa gravada. Falando a dirigentes municipais dentro do ministério, ele destacou que seguia ordens do presidente Jair Bolsonaro. “Foi um pedido especial que o presidente da República fez para mim sobre a questão do (pastor) Gilmar (Santos)”,

diz ele na gravação. Os dois líderes religiosos estavam presentes na reunião. “A minha prioridade é atender, primeiro, os municípios que mais precisam e, em segundo, atender a todos os que são amigos do pastor Gilmar”, ironizou, em gravação divulgada pelo jornal Folha de S.Paulo.

A defesa de Arilton Moura afirmou, em nota, que “se manifestará apenas nos autos do processo”. Procurada, a defesa de Gilmar Santos não se pronunciou até o fechamento desta edição.

Detenção “injusta e arbitrária”

A defesa do ex-ministro da Educação Milton Ribeiro, alvo de mandado de prisão, ontem, na Operação Acesso Pago, classificou a ordem de preventiva contra o aliado do presidente Jair Bolsonaro como “injusta, desmotivada e indiscutivelmente desnecessária”. A afirmação é do criminalista Daniel Bialski, que assumiu a defesa do pastor evangélico após a Polícia Federal cumprir mandado de busca e apreensão na casa do ex-chefe do Ministério da Educação.

O advogado de Ribeiro informou, ainda, que já pediu acessos aos autos da investigação, que corre sob sigilo, para entrar com habeas corpus e tentar derrubar decreto de custódia preventiva. A defesa busca o “reconhecimento da coação ilegal imposta”, argumentando que os fatos que motivaram a prisão “são pretéritos e sem contemporaneidade”.

“Mesmo sem conhecer profundamente o caso, parece-me que essa prisão preventiva não possui contemporaneidade (os fatos ocorreram há muito tempo) e não haveria nem razão e/ou motivo concreto para essa custódia antecipada”, afirmou, em nota.

Polêmicas

Ribeiro foi o quarto ministro da Educação a deixar a pasta durante o governo Bolsonaro. Desde 2019, todos os nomeados para a pasta foram protagonistas de controvérsias que acabaram, em maior ou menor medida, desgastando o Executivo federal.

O ex-ministro foi denunciado no Supremo Tribunal Federal pelo crime de homofobia, em janeiro de 2022, por ter dito que adolescentes “optam” pelo “homossexualismo” por pertencerem a “famílias desajustadas”.

Em abril deste ano, Ribeiro disparou acidentalmente uma arma de fogo no Aeroporto Internacional de Brasília, atingindo uma funcionária da Gol Linhas Aéreas por estilhaço. Ele também infringiu regras da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) ao se dirigir ao balcão de uma companhia aérea com uma arma de fogo carregada, conforme apontou, à época, o gerente do Instituto Sou da Paz, Bruno Langeani, com base em resolução do órgão regulador.

Antes de integrar o governo Bolsonaro, Ribeiro foi vice-reitor do Mackenzie e cuidava de questões acadêmicas na universidade, quando o reitor era o ex-governador de São Paulo Cláudio Lembo. Além disso, o pastor é especializado no estudo do Velho Testamento.

A indicação dele ao Ministério da Educação foi atribuída ao ministro-chefe da Secretaria-Geral, Jorge Oliveira, e ao então ministro da Justiça, André Mendonça, também presbiteriano e, hoje, magistrado do Supremo.